

## A CONVERSÃO DA LÍNGUA EM DISCURSO NO CONTEXTO ACADÊMICO E A EXPERIÊNCIA DA SIGNIFICAÇÃO

### THE CONVERSION OF LANGUAGE TO DISCOURSE IN ACADEMIC CONTEXT AND THE EXPERIENCE OF MEANING

**Carolina Knack<sup>1</sup>**

carolinaknack@gmail.com

**Resumo:** Este estudo filia-se à Teoria Enunciativa de Émile Benveniste e objetiva explorar a experiência da significação na conversão da língua em discurso no contexto do Ensino Superior. Para tanto, toma como objeto de análise um texto produzido por um graduando em Engenharia Mecânica, no qual se observa o modo como o locutor-aluno apropria-se da cultura de sua área de saber para constituir sua enunciação escrita. Com base em princípios teórico-metodológicos enunciativos, verificou-se que o locutor, a partir de sua história de enunciações, instancia-se como sujeito de linguagem na cultura do espaço de ensino universitário, perpetuando em sua escrita – embora não de um texto acadêmico – um conjunto de valores de sua área de estudo no que se refere à prática de produção textual.

**Palavras-chave:** Enunciação. Cultura. Ensino superior. Gêneros textuais.

**Abstract:** This study is within the framework of Émile Benveniste's Enunciative Theory and it aims at exploring the emergence of meaning within the conversion of language to discourse in the context of Higher Education. To that end, it takes as analysis object a text produced by a mechanical engineering undergraduate student, in which it is observed the way the student-speaker appropriates the culture of his knowledge area in order to constitute its written enunciation. On the basis of enunciative theoretical and methodological principles, it was verified that the speaker, from his history of enunciations, instantiates himself as subject within the culture of the university education space, perpetuating in his writing - although it is not an academic text - a set of values of his area of study concerning the text production practice.

**Keywords:** Enunciation. Culture. Higher education. Textual genres.

## 1 Introdução

*Na linguagem, e essa é a grande lição de Benveniste, só há subjetividade.*  
Gérard Dessons (2006, p. 212)

Este trabalho tem por objetivo propor uma reflexão que explora, à luz da teoria enunciativa de Émile Benveniste, a experiência da conversão da língua em discurso no contexto de ensino-aprendizagem de língua materna na Universidade.

---

<sup>1</sup> Professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Doutoranda em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPG-Letras/UFRGS).

O espaço acadêmico tem-se instituído como universo de pesquisa desde a inserção da autora como docente no Programa de Apoio à Graduação (PAG) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no Projeto Leitura e Produção de Textos em Língua Portuguesa (PAG-Língua Portuguesa)<sup>2</sup>. O Programa, institucionalizado pela Portaria n.799 de 05 de fevereiro de 2014 (UFRGS), teve início no primeiro semestre de 2010, ofertando atividades de reforço nas áreas de química, física, cálculo, português e inglês. Desde essa época, o PAG prioriza o atendimento aos alunos ingressantes na Universidade. Nesse contexto, tenho me perguntado: o que leva o aluno ingressante na Universidade a procurar apoio em um Projeto que oferta oficinas de reforço na área de Língua Portuguesa?

Esse questionamento também é, habitualmente, dirigido aos alunos no primeiro encontro do PAG, quando a equipe os convoca a se apresentarem oralmente, a sinalizarem os motivos que os levaram a buscar o Programa e as expectativas em relação à oficina de Língua Portuguesa. Já nesse primeiro relato sobre suas vivências de linguagem, os alunos explicitam a percepção de que, no espaço em que se encontram – o acadêmico –, os modos de se relacionar com a linguagem e a língua são outros, diferentes dos instaurados nos espaços de interlocução em que já estavam inseridos.

Citemos um exemplo: uma aluna, Ane<sup>3</sup>, graduanda do segundo semestre de Relações Públicas, relatou que, na escola, era “muito boa em português” e sempre “tirava notas altas”. Agora, na Universidade, tem recebido críticas de professores quanto a seus textos e, mais que isso, tem recebido críticas de alguns de seus colegas de grupo, que, segundo ela, até “mexem no texto” que ela produz. “Eles me mandaram fazer a oficina, senão vão me excluir do grupo”, disse ela, fazendo graça. Ora, o que faz com que essa aluna, que se sentia tão proficiente em sua língua materna, sinta-se não inserida nas práticas discursivas acadêmicas<sup>4</sup> ou se sinta incapaz de desempenhar suas tarefas acadêmicas com eficiência? O que se coloca em foco, neste segundo questionamento, é a passagem do sistema de ensino escolar ao universitário vivenciada pelo aluno, fato que põe em relevo suas experiências de falante-

---

<sup>2</sup> Projeto coordenado pela Professora Dra. Carmem Luci da Costa Silva (UFRGS).

<sup>3</sup> Os nomes referidos neste artigo são fictícios. O *corpus* integra o projeto de pesquisa de tese de doutorado, já devidamente aprovado pela Plataforma Brasil sob o título “A experiência da significação na passagem do locutor-aluno do ensino escolar ao universitário: uma análise enunciativa” (CAAE 48559015.3.0000.5347).

<sup>4</sup> Estudos em torno da escrita acadêmica, ou da produção de textos acadêmicos, têm sido amplamente desenvolvidos, sobretudo com reflexões profícuas em torno das noções de *letramento* e de *multiletramento* e, inclusive, de *letramento acadêmico*. Embora, neste artigo, tratemos deste espaço – o acadêmico – e dos atos enunciativos (fala, escrita, leitura, escuta) nele presentes, não constitui nosso foco de estudo a abordagem de eventos de letramento acadêmico em uma perspectiva interacionista ou sociointeracionista.

ouvinte e escrevente-leitor, considerando a “descontinuidade” que, nesta passagem, o funda como sujeito de linguagem no mundo acadêmico<sup>5</sup>.

Neste artigo, no entanto, não trato especificamente dessa passagem<sup>6</sup>, mas das experiências de conversão da língua em discurso do locutor-aluno no Ensino Superior, as quais evidenciam as singularidades desse espaço de interlocução em relação aos espaços de suas práticas de linguagem cotidianas e escolares.

A reflexão que empreendo sustenta-se em uma perspectiva enunciativa de abordagem da linguagem, a qual possibilita que se trate tanto da singularidade como cada locutor se apropria da língua, quanto dos valores culturais que regem a tomada da língua no contexto acadêmico. A visada antropológica da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, instaurada a partir do *a priori* “o homem na língua” (DESSONS, 2006; FLORES, 2013), possibilita pensar sobre os modos como o locutor, ao apropriar-se da língua e convertê-la em discurso, singulariza-se em seu ato enunciativo, constituindo a experiência de tornar-se sujeito e de estabelecer, por intermédio da língua-discurso, sua relação com o mundo e com o outro homem.

Considerando que Benveniste, no artigo “Estruturalismo e Linguística” (1968a/2006), afirma que “cada locutor fabrica sua língua” e se questiona “como ele a fabrica”, também eu me pergunto: como o locutor-aluno fabrica sua língua e a converte em discurso na experiência de linguagem que lhe permite produzir textos na Universidade? Essa é a pergunta a que este estudo busca responder. Para tanto, proponho a análise de uma instância enunciativa em contexto de ensino-aprendizagem de língua materna no Ensino Superior: trata-se de um texto escrito, de apresentação pessoal, produzido em situação de sala de aula por aluno graduando do 4º semestre do Curso de Engenharia Mecânica.

Assim, este artigo divide-se em três seções: na primeira, apresento alguns princípios da teoria enunciativa benvenistiana; na segunda, articulo esses princípios ao contexto acadêmico de ensino-aprendizagem de língua e esboço uma metodologia para a abordagem do fato enunciativo selecionado; por fim, na terceira, proponho uma análise enunciativa desse fato.

---

<sup>5</sup> Inspirada em Agamben (2005), considero, provisoriamente, a noção de “descontinuidade” como o espaço da diferença. Esse espaço, o do descontínuo, é o da historicização do homem, que se instaura por um *experimentum linguae*, “uma experiência que se sustém somente na linguagem.” (AGAMBEN, 2005, p. 11).

<sup>6</sup> Questão reservada à pesquisa de doutoramento.

## 2 Os princípios de uma teoria da linguagem que serve para viver

É famosa a frase na qual Benveniste define a “função” da linguagem: “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para *viver*” (BENVENISTE, 1966/2006, p. 222, grifo do autor). Advém desse viver e da experiência de e na linguagem o estudo que aqui se esboça, o qual toma como princípio o fato de a linguagem, sendo inerente ao humano, consistir na faculdade de simbolizar e configurar a condição de existência do homem.

E é o homem, segundo Dessons (2006), o centro do pensamento benvenistiano. O interesse desse autor pela obra de Émile Benveniste reside no fato de ela inaugurar, conforme explica, a pesquisa em torno de uma antropologia da linguagem. Isso porque, nas palavras de Dessons (2006, p. 6, tradução livre), “o que se sabe da linguagem aparece indissociável do que se sabe do homem”.<sup>7</sup>

De fato, para Benveniste, a ideia de que, em suas origens, um homem teria encontrado outro e juntos teriam elaborado a linguagem é uma ficção. Para o linguista, a linguagem está na natureza do homem, que não a inventou. O artigo “Da subjetividade na linguagem” (1958/2005) testemunha nessa direção e explicita o posicionamento de que homem e linguagem são indissociáveis:

[...] não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem. (BENVENISTE, 1958/2005, p. 285).

Por isso, a linguagem não seria um instrumento de comunicação, pois instrumentos são fabricações humanas. Já o conceito de comunicação, segundo Dessons, não significa, em Benveniste, transmissão de mensagens: o ato de comunicar está relacionado com “a elaboração de valores constitutivos da sociedade humana enquanto fatos de cultura” (DESSONS, 2006, p. 43, tradução livre)<sup>8</sup>. Desse modo, o autor conclui que a situação de diálogo resulta de uma necessidade ligada ao caráter fundamentalmente social da linguagem, a qual “se realiza sempre dentro de uma *língua*, de uma estrutura linguística definida e

---

<sup>7</sup> [...] ce qu'on sait du langage apparaît indissociable de ce qu'on sait de l'homme, les deux savoirs s'impliquant réciproquement. (DESSONS, 2006, p. 6).

<sup>8</sup> La communication [...] ressortit [...] à une anthropologie de la valeur, qui rend indissociable l'acte de communiquer et l'élaboration des valeurs constitutives de la société humaine en tant faits de culture. (DESSONS, 2006, p. 43).

particular, inseparável de uma sociedade definida e particular.” (BENVENISTE, 1963b/2005, p. 31, grifo do autor).

Benveniste considera, portanto, língua e sociedade em sincronia e em uma relação semiológica e explica que nada pode ser compreendido que não tenha sido reduzido à língua, a qual é “necessariamente o instrumento próprio para descrever, para conceitualizar, para interpretar tanto a natureza quanto a experiência, portanto este composto de natureza e experiência que se chama sociedade.” (BENVENISTE, 1968a/2006, p. 99).

Ancorado nesse princípio, Benveniste propõe uma relação de interpretância entre sistema interpretante e sistema interpretado e define: a língua é o interpretante de todos os outros sistemas, linguísticos e não linguísticos, podendo tudo categorizar e interpretar, inclusive ela mesma. Diante desse “poder misterioso que reside na língua” (1963/2005, p. 27), o linguista pergunta-se por que o indivíduo e a sociedade, juntos e por igual necessidade, se fundam na língua, e conclui que se deve à faculdade de simbolizar: “faculdade de *representar* o real por um ‘signo’ e de compreender o ‘signo’ como representante do real, de estabelecer, pois, uma relação de ‘significação’ entre algo e algo diferente” (BENVENISTE, 1963/2005, p. 27, grifo do autor).

Essa “representação” da realidade é instanciada, pelo locutor, em seu discurso. Para o alocutário, esse discurso (re)cria a realidade. Trata-se, pois, de uma função da linguagem. Segundo Benveniste, é preciso entender esse princípio de modo literal: “a realidade é produzida novamente por intermédio da linguagem”, de modo que “aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento” e “aquele que o ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento produzido” (BENVENISTE, 1963/2005, p. 26).

Por isso, segundo o linguista, antes da enunciação a língua não é senão possibilidade de língua. A enunciação, concebida como o “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de apropriação” (BENVENISTE, 1970/2006, p. 83), supõe a conversão individual da língua em discurso: o locutor apropria-se da “do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor” por meio de índices específicos (categorias de pessoa, tempo e espaço) e de procedimentos acessórios (engendramento das formas para a constituição do sentido). A condição dessa mobilização da língua está atrelada, segundo Benveniste (1970/2006), à necessidade de expressar uma relação com o mundo, isto é, de referir pelo discurso.

Este colocar a língua em ação remete, portanto, ao conceito de discurso. Para Dessons (2006), a linguística de Émile Benveniste funda-se justamente sobre a noção de discurso<sup>9</sup>, que tem como unidade a frase (não considerada no seu conceito gramatical, mas como a própria vida da linguagem em ação), cuja significação é indissociável da situação enunciativa de fala e esta do locutor, aquele que fala.

Então, na “transformação simbólica dos elementos da realidade ou da experiência em *conceitos*” (BENVENISTE, 1963/2005, p. 29, grifo do autor), “o sentido resultante do encadeamento, da apropriação pela circunstância e da adaptação dos diferentes signos entre eles [...]” (1968a/2006, p. 21) é também atrelado à cultura, já que esta é um sistema que distingue o que tem sentido e o que não tem.

Logo, também a cultura apresenta-se para o linguista como um fenômeno simbólico. Ela é entendida como o “meio humano, tudo o que, do outro lado do cumprimento das funções biológicas, dá à vida e à atividade humanas forma, sentido e conteúdo” e complementa:

A cultura define-se como um conjunto muito complexo de representações, organizadas por um código de relações e de valores: tradição, religião, leis, política, ética, artes, tudo isso de que o homem, onde quer que nasça, será impregnado no mais profundo da sua consciência, e que dirigirá o seu comportamento em todas as formas da sua atividade [...]. (BENVENISTE, 1963/2005, p. 32).

Fica claro, assim, que a relação entre a língua e a cultura é uma relação de integração necessária e não há como pensá-la fora da relação com o homem e com a sociedade. A língua em emprego na sociedade instaura-se em relação com as normas e com as representações sociais que formam a cultura, evidenciando o que Benveniste denomina de semantismo social (1968b/2006).

Tais relações instauram-se por meio do discurso, conceito que, segundo Dessons (2006), “abre a via” para se considerar a atividade da linguagem no conjunto das ciências humanas e sociais, argumento que vai ao encontro da tendência assinalada por Benveniste para a linguística: uma linguística que pudesse reunir-se a outras ciências do homem e da cultura, estabelecendo-se sobre o trinômio língua, cultura e personalidade.

E é a partir do falante – categoria antropológica operacionalizada sob a categoria linguística de locutor – que o sistema da língua é convertido em “realidade de discurso”. Essa transformação decorre de uma apropriação individual do aparelho formal da língua pelo

---

<sup>9</sup> Não por acaso, a obra de Dessons a que me refiro intitula-se *Émile Benveniste, l'invention du discours*.

locutor, que enuncia sua posição de locutor assumindo *eu* para, em face de um *tu*, falar de *ele* em um aqui-agora.

Justamente nesse quadro do estudo dos pronomes, Teixeira (2012) afirma ser possível entrever “a abertura da teoria de Benveniste”, amplitude evidenciada também pelo percurso argumentativo de Dessons, arquitetado sob a tese de uma Antropologia da Linguagem em Benveniste. Para Teixeira (2012, p. 79), o estudo dos pronomes “coloca em evidência a radical relação da linguagem com o homem”, de modo que “a linguagem se define na estrita relação com o humano, e o humano, na estrita relação com a linguagem”<sup>10</sup> (DESSONS, 2006, p. 44, tradução livre).

Por isso, Flores (2013) compreende como axioma benvenistiano o sintagma *o homem está na língua* – sintagma que, inclusive, dá título à quinta parte de “Problemas de Linguística Geral” I e II: “O homem na língua”. O autor assume esse ponto de vista como *a priori* fundante e unificador da reflexão enunciativa de Benveniste, cujo caráter antropológico-linguístico evidencia a instauração de uma linguística que busca descrever, por exemplo – mas não só –, as marcas dessa presença do homem na língua, que é possibilitada pela condição intersubjetiva inerente à linguagem.

Com o axioma *o homem está na língua*, pode-se resumir o princípio do pensamento benvenistiano: o homem está na língua – se marca na língua, se singulariza na língua, se propõe como sujeito na língua – porque é fundado simbolicamente na linguagem. A subjetividade decorrente das marcas da presença na língua é possível porque a linguagem, concebida como intersubjetividade, constitui o homem e o propõe como sujeito. (FLORES, 2013, p. 44, grifo do autor).

Alia-se a esse princípio o fato assinalado por Benveniste (1968a/2006, p. 23) de que “vemos sempre a linguagem no seio de uma sociedade, no seio de uma cultura” e que “o homem não nasce na natureza, mas na cultura”. É Benveniste (1968a/2006, p. 20-21) quem assinala o simbolismo fundante da cultura: a criança nasce em uma comunidade linguística e, nesta, aprende sua língua; mas “o que ela aprende, na verdade, não é o exercício de uma faculdade ‘natural’, é o mundo do homem”, ou seja, ela se apropria de valores culturais que constituem o espaço em que vive. Em cada espaço, ela reinventa(rá) sua língua, que é também uma língua herdada.

---

<sup>10</sup> [...] le langage se trouve défini dans le stricte relation à l’humain, et l’humain, dans le stricte relation au langage. (DESSONS, 2006, p. 44).

Ora, todo homem inventa sua língua e a inventa durante toda sua vida. E todos os homens inventam sua própria língua a cada instante e cada um de uma maneira distintiva, e a cada vez de uma maneira nova. Dizer bom dia todos os dias da vida a alguém é cada vez uma reinvenção. (BENVENISTE, 1968a/2006, p. 18).

Benveniste, na sequência do mesmo artigo, pontua: “Cada locutor fabrica sua língua, como ele a fabrica?” (BENVENISTE, 1968a/2006, p. 19). Segundo o autor, essa é a questão que dominaria o campo da Aquisição da Linguagem. Para além desse campo, a ideia de “fabricar a sua língua” pode ser estendida a todo ato de tomada da palavra, pois a cada conversão da língua em discurso o locutor produz um “arranjo original”, uma “organização do conjunto completo” que não lhe fora dado anteriormente.

Nessa direção, constrói-se o argumento de Silva (2015), que propõe um ponto de vista aquisicional enunciativo que enfatiza o aspecto contínuo e inacabado do processo de aquisição seja da língua falada seja da língua escrita: adotar tal posicionamento implica “pensar que o homem, a cada nova experiência de uso da língua, ressignifica o fato de que é um ser falante, um ser ouvinte, um ser escrevente e um ser leitor.” (SILVA, 2015, p. 12). E isso porque, a cada novo lugar enunciativo ocupado pelo locutor, modificam-se seus modos de se relacionar com a língua, com o outro, com a cultura.

Assim, podemos articular em quatro itens os princípios enunciativos que regem este estudo:

- i. é *na e pela* linguagem que o locutor se constitui como sujeito;
- ii. o homem não nasce na natureza, mas na cultura;
- iii. a cultura define-se como um conjunto de representações, um sistema de relações e de valores que impregna o homem e que dirige seu comportamento em todas as formas da sua atividade;
- iv. pela língua, o homem assimila a cultura, a perpetua ou a transforma.

### **3 Da enunciação ao enunciado: a escrita no contexto acadêmico**

Neste trabalho, a experiência humana na linguagem que se coloca sob análise é aquela do locutor-aluno que, no contexto de ensino de língua materna na Universidade, é interpelado a construir sentidos por meio da escrita, fenômeno específico da enunciação (KNACK, 2012)<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup>Em Knack (2012), proponho a concepção de *escrita* como um *fenômeno específico da enunciação*. Essa tese encontrou amparo no artigo “O aparelho formal da enunciação” (1970/2006), no qual Benveniste afirma ser a realização vocal da língua o aspecto menos visto em relação ao *fenômeno geral da enunciação* (BENVENISTE,

A enunciação escrita ocupa lugar de destaque na Universidade, na medida em que se constitui como uma das vias (mais valoradas) de comunicação entre pesquisadores, professores e alunos, materializando e divulgando o conhecimento produzido em atividades de pesquisa. Além disso, é por meio dela que, primordialmente, os alunos têm seu desempenho avaliado nas disciplinas que cursam, seja pela elaboração de artigos, resenhas, ensaios, seja pela resolução de provas discursivas. Isso justifica a proposição de disciplinas de leitura e produção de textos na Universidade, além de programas de reforço e apoio ao discente.

Esse conjunto de atividades, proposto *em e para* diferentes cursos de graduação, evidencia que esse lugar de enunciação, *no e para* o acadêmico, apresenta suas singularidades, sobretudo no que se refere aos modos de o locutor-aluno instaurar-se na posição de leitor e de escritor de textos científicos, considerando o campo de saber em que se insere. Por isso, um dos objetivos dessas atividades em língua materna é auxiliar os alunos no aprimoramento de suas habilidades de leitura e de escrita<sup>12</sup>, a partir do reconhecimento e da compreensão dos preceitos que regem a prática de pesquisa e de uso de língua na sua área.

Essas especificidades são tematizadas em diferentes obras relativas à produção textual na Universidade. Em uma dessas obras, de autoria de Motta-Roth e Hendges (2010, p. 68), podemos perceber a relevância de levar o aluno a compreender o fato de que cada área desenvolve uma cultura própria, a qual se traduz, como bem salientam as autoras, em objetos de estudo próprios, “em modos particulares de construir objetivos e procedimentos, padrões para propor argumentos, maneiras de usar a linguagem (estilo e vocabulário técnico), de argumentar e de refletir sobre problemas na área.”

A título de exemplificação, reporto alguns apontamentos das autoras a partir de outros estudos em relação às especificidades de cada área de pesquisa:

---

1970/2006, p. 82). A partir disso, entendo ser a realização vocal um *fenômeno específico da enunciação*. Como, no final do artigo, Benveniste aponta que “seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita” (p. 90), entendo essas como *fenômenos específicos da enunciação*, cada qual mobilizando de maneira singular o quadro formal enunciativo elaborado pelo autor.

<sup>12</sup> Embora, neste estudo, dou relevo à enunciação escrita e, paralelamente, ao ato enunciativo de leitura, não desconsidero a pertinência da enunciação falada e do ato enunciativo de escuta no espaço acadêmico, os quais também apresentam suas particularidades na Universidade. A título de exemplificação, menciono o Projeto do PAG: Leitura e Produção de Textos em Língua Portuguesa (UFRGS), que apresenta, em seu plano de ensino, a abordagem dos gêneros orais *seminário* e *defesa de trabalho de conclusão de curso*.

**Quadro 1** – As especificidades das áreas de pesquisa

Resenhadores em química tendem a adotar uma visão mais ampla do livro sem avaliações exaustivas, enquanto economistas e linguistas tendem a produzir uma argumentação mais extensa e elaborada [...], com um discurso mais “literário” [...]. Essas estratégias diferentes de descrever e avaliar evidenciam que cada disciplina tem maneiras particulares de usar o mesmo gênero para a comunicação profissional. Novas publicações são criticadas em relação aos valores constituídos na disciplina correspondente. (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010, p. 45).

Na revisão de literatura de artigos acadêmicos eletrônicos em inglês nas áreas de linguística e economia, Hendges (2001, p. 79) verificou que [...] os artigos de economia estavam orientados para o extremo mais objetivo de um eixo de progressão (um *continuum*) variável entre dois extremos, um mais objetivo e outro mais avaliativo. Essa objetividade é expressa pela simples citação de pesquisas prévias [...] na revisão de literatura. Os textos de linguística, por outro lado, são mais avaliativos, pois, além de citar, indicam lacunas em pesquisas prévias [...]. Ao indicar lacunas, o escritor avalia o conhecimento produzido previamente [...]. (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010, p. 95-96).

Dentre os itens lexicais usados para fazer referência [na revisão bibliográfica], os verbos de citação desempenham uma função essencial [...]. Diferentes áreas tendem a usar verbos de citação específicos [...]. Alguns desses verbos de citação são mais neutros, menos avaliativos do que os outros. [...] A decisão sobre o grau de avaliatividade de cada verbo de citação varia de uma disciplina para outra. (MOTTA-ROTH; HENDGES, 2010, p. 99-100).

Fonte: elaborado pela autora.

Esses apontamentos sinalizam um “conjunto muito complexo de representações, organizadas por um código de sistema de valores” (BENVENISTE, 1963/2005, p. 32) – definição esta apresentada por Benveniste para cultura –, o qual o aluno precisa “assimilar” para, em seguida, “perpetuar” ou “transformar” (BENVENISTE, 2005, p. 32). Isso significa que o aluno, ao efetuar sua passagem do ensino escolar ao universitário e imergir no espaço enunciativo acadêmico, irá, por meio da vivência de situações enunciativas, apropriar-se da língua-discurso e, por meio desta, dos rudimentos da cultura – isto é, do conjunto de representações e valores – de seu campo de estudo. Nesse percurso, ou seja, nessa passagem, as atividades que versam sobre sua língua materna podem ampará-lo a compreender e a (re)significar os diferentes espaços de enunciação nos quais converte a língua em discurso e se propõe como sujeito do seu dizer.

Por isso, a reflexão de Silva (2015, p. 12) sobre os processos de aquisição e de letramento como “processos contínuos porque vinculados à ocupação pelo homem de novos lugares enunciativos” me é cara: trata-se de, também neste lugar, o acadêmico, aprender não um faculdade natural – como diz Benveniste em relação ao processo de aquisição da linguagem pela criança –, mas, sim, o mundo do homem, neste caso, o mundo acadêmico.

Assim, levando em conta que a pergunta norteadora deste estudo versa sobre o modo como o locutor-aluno fabrica sua língua e a converte em discurso na experiência de

linguagem que lhe permite produzir textos no espaço acadêmico, a análise do fato de linguagem selecionado será guiada pelos seguintes questionamentos:

- i) como o locutor-aluno, imerso na cultura de sua área de saber, constitui a si, ao outro e a referência no texto que produz?
- ii) como ele maneja as prescrições e as interdições<sup>13</sup> que a cultura de sua área de saber imprime nos modos de instaurar a língua-discurso?

Para responder a essas duas questões, parto de um caminho metodológico proposto por Benveniste no artigo “O aparelho formal da enunciação” (1970/2006, p. 83): “Na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização.”

A consideração da enunciação como ato coloca o locutor como “parâmetro nas condições necessárias da enunciação” (BENVENISTE, 1970/2006, p. 83). A partir do momento em que o locutor se declara como tal e assume a língua, imediatamente ele implanta o outro diante de si, pois “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação” (BENVENISTE, 1970/2006, p. 84). Dessa forma, a noção de ato implica, necessariamente, a categoria de pessoa (instrumento da enunciação), constituída por *eu* e *tu*, o que evidencia o caráter intersubjetivo da linguagem. *Eu* e *tu* partilham uma situação de discurso ou de alocação, elemento e condição para a criação da referência. A atribuição de referência, dessa forma, está vinculada à intersubjetividade e ancorada na situação enunciativa, pois locutor e alocutário empregam a língua para referir e correferir, expressando a sua relação com o mundo, em tempo e espaço singulares. A língua fornece instrumentos que permitem ao locutor atribuir essa referência e instanciar-se em seu dizer: são os índices específicos (categorias de pessoa, tempo e espaço: eu-tu-aqui-agora) e os procedimentos acessórios, por meio dos quais “as formas linguísticas da enunciação se diversificam e se engendram” (BENVENISTE, 1970/2006, p. 83).

Para investigar tais relações, é preciso considerar a relação forma e sentido. Essas são, para o linguista, noções gêmeas, e é sob esse duplo ponto de vista que a língua e, conseqüentemente, o texto devem ser observados, visto que “o próprio da linguagem é, antes

---

<sup>13</sup> Estes termos – prescrições e interdições – fazem parte de outra definição que Benveniste dá à cultura. Segundo ele, “A cultura é inerente à sociedade dos homens, qualquer que seja o nível de civilização. Consiste numa multidão de noções e de prescrições, e também em *interdições* específicas; o que uma cultura proíbe a caracteriza ao menos tanto quanto aquilo que prescreve.” (BENVENISTE, 2005, p. 32, grifo do autor).

de tudo, significar” e que a ideia só encontra forma num agenciamento sintagmático (BENVENISTE, 1967/2006, p. 222; 230).

A partir desses conceitos, de um lado, proponho abordar o texto sob o ponto de vista do *ato*, o que permite que examinemos as relações enunciativas (inter)subjativas que o constituem, tal como as relações entre o *eu* e o *tu*, e entre esses e o objeto da alocação, o *ele*, verificando a instanciação da (inter)subjatividade e a relação que o locutor estabelece com sua enunciação; de outro lado, proponho abordar o texto sob o ponto de vista do *discurso*, o que possibilita analisar o jogo das formas engendradas para a constituição de sentidos e referências pelo locutor e de correferências pelo alocutário, verificando o modo de organização e as operações instauradas para a conversão da língua em discurso.

Esse exame do texto como ato e como discurso está sob a égide do *ELE* – conforme proposto por Silva (2007; 2009) –, elemento que comporta o sistema de relações e valores culturais. Portanto, proponho o deslocamento do dispositivo enunciativo de aquisição da linguagem (*eu-tu/ele*)-*ELE* (SILVA, 2007; 2009) para o estudo do texto (KNACK, 2012). O texto, a partir desse redimensionamento, é entendido como “resultado de um processo de produção intersubjetiva, condensando o ato de enunciação e o produto deste, cuja materialidade, de extensão não delimitada, apresenta as marcas linguísticas do sentido atualizado em formas” (KNACK, 2012, p. 147-148), e pode ser observado sob os dois ângulos anteriormente descritos: como *ato* e como *discurso*.

#### **4 A leitura de uma escrita: uma análise enunciativa da conversão da língua em discurso no contexto acadêmico**

Como referido na introdução deste estudo, o fato de linguagem a ser analisado neste artigo consiste em um breve texto produzido, no primeiro encontro de uma atividade acadêmica de leitura e produção de textos na Universidade, por um estudante do 4º semestre do curso de Engenharia Mecânica em resposta à proposta de produção de um texto de apresentação pessoal que tematizasse a sua experiência com leitura e com escrita. A temática proposta, considerando a inserção do aluno no contexto acadêmico, visava reconstituir, para o alocutário-professor, a experiência da percepção do aluno acerca de sua história de enunciações<sup>14</sup>, desde o sistema de ensino escolar até a sua passagem e inserção no sistema

---

<sup>14</sup> O termo *história de enunciações* (SILVA, 2009) diz respeito ao fato de locutor *carregar*, em cada novo ato enunciativo, marcas de atos enunciativos anteriores, desse modo constituindo sua língua materna e as “representações” de sua cultura.

universitário. O texto produzido pelos alunos auxiliaria o professor a propor, posteriormente, atividades de leitura e de escrita de textos acadêmico-científicos, as quais também propiciariam aos alunos compreender e (re)significar os diferentes espaços de enunciação nos quais convertem a língua em discurso e se propõem como sujeito do seu dizer.

A seguir, apresento o texto produzido pelo aluno:

**Figura 1** – Texto do aluno

1 Como será lido no texto a seguir, a experiência do escritor/autor  
 2 com a escrita e a leitura não é muito boa. Mas pode ser notado  
 3 o seu espaço em melhorar esta habilidade.  
 4 Ao decorrer dos anos o autor leu poucos livros, conseguiu-se  
 5 afirmar de que o mesmo não leu mais do que cinco livros. Essa  
 6 falta de leitura o atrapalha ou dificulta na sua vida profissional  
 7 nos dias de hoje, isso pelo motivo que ele necessita muito da  
 8 escrita diária e muitas vezes não tem os melhores termos para  
 9 utilizar em seus e-mails, procedimentos, etc.  
 10 Concluiu-se que realmente o autor tem dificuldades com  
 11 a escrita, porém ele demonstra um grande potencial para melho-  
 12 rar essa dificuldade.

Fonte: a autora.

Em uma primeira leitura, o que se coloca em relevo é o modo como o locutor-aluno fala de si. A proposta de produção textual ensejava a elaboração de um texto em forma de *relato* que tratasse das experiências de cada um dos alunos quanto à leitura e à escrita. A expectativa do professor, considerando a história de enunciações deste, era de que os alunos elaborassem um texto personalizado, valendo-se, sobretudo, da primeira pessoa do singular (*eu*) para a constituição dos enunciados, uma vez que se tratava de historiar as experiências únicas de cada locutor na e pela sua língua materna.

No entanto, no texto em questão, o locutor-aluno designa-se como *o escritor/autor* (linha 1), expressão nominal que é reiterada, por exemplo, na linha 4 (*o autor*), e retomada por meio do emprego dos pronomes de terceira pessoa do singular *o* (linha 6) e *ele* (linha 7). Essa denominação da gramática tradicional – terceira pessoa – é revista sob a égide da teoria enunciativa, e, ao invés de terceira pessoa, temos, justamente, a ausência de pessoa: o locutor-aluno constitui-se em sua enunciação escrita a partir da posição de *não pessoa*. O que isso significa?

A proposição da categoria de pessoa – e, conseqüentemente, a de não pessoa – dá-se no artigo “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946/2005), em que, ao propor reexaminar a tradicional categoria de pessoa herdada da gramática grega, Benveniste busca compreender como e por quais princípios as pessoas se opõem. Para tanto, o linguista recorre primeiramente aos árabes, cuja nomenclatura gramatical indica que a primeira pessoa é aquele que fala, a segunda, aquele a quem nos dirigimos e a terceira, aquele que está ausente. Ao concluir que as duas primeiras implicam uma pessoa e um discurso sobre ela – “*Eu* designa aquele que fala e implica, ao mesmo tempo, um enunciado sobre o ‘eu’: dizendo *eu*, não posso deixar de falar de mim.” (BENVENISTE, 1946/2005, p. 250) – e, na terceira, o elemento pessoal falta, Benveniste define as categorias de pessoa (*eu* e *tu*) e não pessoa (*ele*), pontuando suas especificidades: a categoria de pessoa caracteriza-se pela unicidade – o *eu* que enuncia e o *tu* ao qual este *eu* se dirige são sempre únicos, ao contrário de *ele*, que pode ser vários sujeitos ou nenhum – e pela inversibilidade – o que *eu* define como *tu* pode inverter-se em *eu*, e *eu* torna-se um *tu*, o que não é possível ocorrer entre essas pessoas e *ele*, “uma vez que ‘ele’ em si não designa especificamente nada nem ninguém.” (BENVENISTE, 1946/2005, p. 253).

A “terceira pessoa”, portanto, apresenta uma particularidade: “é a única pela qual uma *coisa* é predicada verbalmente” (BENVENISTE, 1946/2005, p. 253, grifo do autor). Desse modo, buscando averiguar o que distingue as duas primeiras pessoas da terceira, Benveniste conclui que elas se opõem como os membros de uma correlação, a qual denomina correlação de pessoalidade: *eu* e *tu* possuem marca de pessoa e *ele* não. Contudo, *eu* e *tu* se opõem um ao outro, o que se dá através de uma correlação especial que Benveniste denomina correlação de subjetividade: *tu* é definido como pessoa não subjetiva, em relação à pessoa subjetiva que *eu* representa.

Essas discussões acerca das categorias de pessoa e não pessoa são retomadas em “A natureza dos pronomes” (BENVENISTE, 1956b/2005), artigo em que o linguista questiona: ao ser assumida, então, como exercício pelo indivíduo, a linguagem só se constituirá de instâncias de discurso pessoais? A resposta é não, pois, segundo explica, há enunciados que escapam à condição de pessoa, porque remetem a uma situação objetiva e não a eles mesmos. Esses enunciados, segundo ele, pertencem ao domínio da *não pessoa*, que consiste, assim, no único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que “predicam o processo de *não importa quem* ou *não importa o que* [...], podendo sempre esse *não importa quem* ou

*não importa o que ser munido de uma referência objetiva*”. (BENVENISTE, 1956/2005, p. 282, grifos do autor).

Isso significa que o locutor-aluno, na sua passagem de locutor a sujeito pela conversão da língua em discurso, escolhe situar as experiências de leitura e de escrita atreladas ao seu *eu* como um objeto da alocação, isto é, escolhe, a partir do repertório de signos que a língua-sistema lhe oferta, situar-se como *não pessoa* e promove um apagamento das marcas subjetivas da pessoa *eu*. A dita “terceira pessoa”, conforme ressalta Benveniste, “existe e só se caracteriza por oposição à pessoa *eu* do locutor que, enunciando-a, a situa como ‘não pessoa’.” (BENVENISTE, 1958/2005, p. 292). Por isso, o linguista adverte: a forma *ele* assume seu valor a partir do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por *eu*.

Como, nas palavras de Benveniste, “cada locutor assume por sua conta a linguagem inteira” e como não “produzimos a língua fora de certos quadros, de certos esquemas que possuímos” (BENVENISTE, 1968a/2006, p. 27-28), pergunto-me: por que o locutor-aluno escolhe a posição de *não pessoa* para referir experiências atreladas ao seu *eu-locutor*? Essa “escolha” não me parece aleatória e, tampouco, livre: o modo como o locutor-aluno seleciona e agencia as formas em seu ato enunciativo provém do fenômeno simbólico da cultura, que “consiste numa multidão de noções e de prescrições, e também em interdições específicas” (BENVENISTE, 1963/2005, p. 31-32, grifo do autor), que se manifestam, sobretudo, nos quadros e esquemas (BENVENISTE, 1968a/2006) de composição textual que os diferentes campos do saber “estabilizam” – o que se evidencia a partir dos segmentos textuais reproduzidos no quadro 1 deste artigo.

Basta uma rápida pesquisa em diferentes obras de referência para elaboração de trabalhos acadêmico-científicos para se constatar que, de um modo geral, esses “manuais” indicam a utilização da terceira pessoa do singular para a escritura do texto de natureza científica. Já Motta-Roth e Hendges, em sua obra “Produção textual na Universidade” (2010, p. 126), sugerem que o pesquisador investigue e leia textos produzidos pelos seus pares para verificar, “de um lado, estilo e estratégia adotados” e, de outro, “conhecimento da coletividade”<sup>15</sup>. Nessa direção, volto-me à área de pesquisa do locutor-aluno que redigiu o relato em análise: a Engenharia Mecânica. Nessa área, é sabido que se privilegia formalmente o recurso da impessoalização na produção de textos no contexto acadêmico-científico. A título

---

<sup>15</sup> São indiscutíveis as diferenças no que se refere ao modo de escrita de artigos acadêmico-científicos nas variadas áreas do conhecimento. O próprio texto que aqui se escreve não emprega a terceira pessoa do singular. Esse fato é uma característica da área da Letras, cujos periódicos publicam textos seja em primeira pessoa do singular ou do plural, seja em terceira pessoa do singular.

de exemplificação, refiro um material, produzido pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina<sup>16</sup>, que se propõe a dar dicas de escrita para seus alunos. Nesse material, há a indicação de que a “Redação técnica deve ser impessoal, objetiva, modesta e cortês.” Mais adiante, são apresentados os “Problemas mais frequentes” na elaboração das pesquisas pelos alunos e entre esses problemas está o item “Impessoalidade não é seguida”.

Considerando esse contexto, é possível constatar que, no relato analisado, o locutor-aluno atende às prescrições e às interdições que a cultura de sua área de saber imprime nos modos de converter a língua em discurso, instaurando um efeito de impessoalidade no discurso produzido no espaço acadêmico, a partir do agenciamento de formas da língua atreladas ao paradigma da não pessoa. De fato, como bem salienta Benveniste (1963/2005), o conjunto de representações, código de relações e de valores que consistem na cultura, impregna o locutor-aluno e dirige o seu comportamento nas suas atividades de linguagem.

No entanto, a proposta de produção textual, embora inserida no espaço universitário, direcionava para a elaboração de um relato, a partir do qual o aluno historicizaria (como de fato o faz) as suas experiências de leitura e de escrita. Não se tratava de um texto acadêmico-científico propriamente dito. Portanto, o emprego da posição de não pessoa, própria a textos desta natureza na área da Engenharia Mecânica, por exemplo, não se justificaria.

Assim, ainda que reconheça o conjunto de prescrições e interdições culturais que regula os usos da língua em textos científicos de sua área de estudos, o locutor-aluno não reconhece o *espaço da enunciação*<sup>17</sup> como um elemento também regulador desses usos: onde escrevo, para quem escrevo, que gênero de texto devo escrever e como escrevê-lo? Ao preencher seu *lugar de enunciação*, marcado pela inserção de seu discurso no mundo, o locutor-aluno não percebe o *lugar da enunciação*, atrelado, por exemplo, ao gênero e a um modo de compô-lo, implícitos na proposta de produção textual.

O locutor-aluno, então na posição de não pessoa, instaura a interlocução em direção a um *tu* não explicitamente convocado no texto, mas nele pressuposto, já que “toda enunciação é, explicitamente ou implicitamente, uma alocução” (BENVENISTE, 1070/2006, p. 84), motivo pelo qual postula um alocutário. Esse alocutário representa, culturalmente, o professor

---

<sup>16</sup> O material intitula-se “Escrita de dissertações e teses: dicas para melhorar” (2013) e foi organizado pelo professor Rolf Bertrand Schroeter, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica (conceito 7) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

<sup>17</sup> Uma discussão sobre o *espaço da enunciação* (preenchimento de um lugar enunciativo que marca a inserção do discurso no mundo) proposta por Silva (2007; 2009) e sobre o *espaço da enunciação* (vinculado aos índices linguísticos vinculados ao espaço linguístico inscrito no enunciado) pode ser encontrada na dissertação de mestrado de Barboza (2013) orientada pela professora Dra. Carmem Luci da Costa Silva (PPG-Letras/UFRGS).

de língua materna – inserido, neste caso, no espaço acadêmico–, aquele que pode auxiliar o “escritor/autor” (linha 1) a aprimorar suas “habilidades” de leitura e de escrita, considerando a demonstração de “esforço em melhorar esta habilidade” (linha 3) e de “grande potencial para melhorar essa dificuldade” (linhas 11-12), a qual envolve “não tem [ter] os melhores termos para utilizar em seus e-mails, procedimentos e etc.” (linhas 8-9).

Então, mesmo que não sejam atualizadas, no enunciado, formas do paradigma da categoria de pessoa – índices que se atrelam ao *eu* como centro de referência interno –, podemos considerar o texto produzido pelo locutor-aluno como um *índice global de subjetividade*<sup>18</sup> (DESSONS, 2006, p. 71, tradução livre), na medida em que a posição de não pessoa é, também ela, situada a partir do eu-locutor.

As formas de não pessoa, como anteriormente referido, assumem seu valor justamente por assim serem situadas por um eu-locutor que as sintagmatiza. Por isso, reafirmamos, com Benveniste, que o emprego da língua é “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (BENVENISTE, 1970/2006, p. 82). Logo, diferentes índices evidenciam a passagem de locutor a sujeito: a própria seleção das formas da língua a serem atualizadas, sejam substantivos, adjetivos, advérbios, seja o arranjo dessas formas (a sintagmatização) para a sua semantização. Esses são movimentos que denunciam que há um locutor que, pelo princípio da intersubjetividade, passa a sujeito, colocando essa língua em ação em direção a um alocutário. Nessa linha, defendo, com Dessons (2006, p. 212, tradução livre): “Na linguagem, e essa é a grande lição de Benveniste, só há subjetividade.”<sup>19</sup>

Os elementos ressaltados nesta análise evidenciam, por um lado, que o locutor-aluno mostra-se inserido nas práticas de linguagem do contexto universitário, na medida em que se apropria de um sistema de valores que rege a escrita acadêmica em sua área e o emprega na escritura do seu próprio texto. Por outro lado, esses mesmos elementos evidenciam que há, no discurso deste locutor-aluno, um certo descompasso com um “quadro” ou “esquema” (modo de composição dos gêneros textuais) a partir do qual se converte a língua em discurso, na medida em que produz um relato (gênero não acadêmico-científico) com base em princípios da escrita acadêmica de sua área.

É esse descompasso que gera, no locutor-leitor-professor, uma espécie de “estranhamento”. Se “ler é o critério da escrita” e “um não ocorre jamais sem o outro” (BENVENISTE, 2014, p. 180), é possível entender *leitura e escrita como noções gêmeas*,

---

<sup>18</sup> Benveniste [...] considère le discours comme un indice global de subjectivité. (DESSONS, 2006, p. 71).

<sup>19</sup> Dans le langage, et c’est la grande leçon de Benveniste, il n’y a que de la subjectivité. (DESSONS, 2006, p. 212).

assim como o são, para Benveniste, *forma e sentido*. Então, sendo a leitura também um ato enunciativo, claro está que carrega consigo a história de enunciações do locutor-leitor, o que remete às expectativas que esse leitor nutre em relação à forma e ao sentido do texto ora escrito. O estranhamento a que me refiro reside, logo, no rompimento da expectativa do alocutário-leitor-professor.

Outros elementos ainda poderiam ser explorados nesta análise, como a herança da cultura escolar que se reflete na organização do discurso em três partes – introdução, desenvolvimento e conclusão – distribuídos em três parágrafos. Eis aqui alguns vestígios do processo de passagem deste locutor-aluno do ensino escolar ao ensino universitário.

A leitura analítica brevemente apresentada nesta seção coloca em evidência a singularidade das relações enunciativas: cada *eu* se relaciona de uma certa forma com um *tu*, para falar de um *ele* e sob os efeitos da cultura, em espaço e tempo determinados e irrepetíveis. Cada locutor-aluno, a partir de sua história de enunciações, fabrica sua língua-discurso e se instancia como sujeito na cultura do espaço de ensino universitário, a qual compreende um conjunto de valores e relações que “dirigirá o seu comportamento em todas as formas de sua atividade” (BENVENISTE, 1963/2005, p. 32). São essas experiências de significação (re)inventadas a cada situação enunciativa que possibilitam ao locutor-aluno, pela intersubjetividade, historicizar-se na linguagem.

## 5 Considerações finais

Este estudo, ao refletir sobre a experiência humana do locutor-aluno na língua-discurso, evidencia que “Não há saber sobre a linguagem que não seja ao mesmo tempo um saber sobre o sujeito da linguagem, quer dizer, que não representa ao mesmo tempo um saber sobre o indivíduo, a sociedade e suas relações.”<sup>20</sup> (DESSONS, 2006, p. 212, tradução livre). O discurso produzido pelo locutor-aluno, graduando do 4º semestre do Curso de Engenharia Mecânica, evidencia que a língua “assumida pelo homem que fala, e sob a condição de intersubjetividade” (BENVENISTE, 2005, p. 293) carrega valores culturais nela já impressos. O locutor-aluno, ao inserir seu discurso no mundo em direção a um *tu*, para falar de algo (*ele*), colocando-se na posição de não pessoa, perpetua, no caso analisado, a cultura – entendida

---

<sup>20</sup> Il n’y a pas de savoir sur le langage qui ne soit en même temps un savoir sur le sujet du langage. C’est-à-dire qui ne représente en même temps un savoir sur le individu, la société et leurs rapports. (DESSONS, 2006, p. 212).

como um conjunto de valores – de sua área de saber no que se refere à escritura de textos no espaço acadêmico.

Se “todo homem inventa sua língua e a inventa durante toda sua vida” (BENVENISTE, 1968a/2006, p. 18), essa experiência da significação é (re)inventada a cada situação enunciativa, possibilitando ao locutor-aluno, pela intersubjetividade, historicizar-se na linguagem. Como a criança, quando aprende a língua, “o que ela aprende, na verdade, não é o exercício de uma faculdade ‘natural’, é o mundo do homem” (BENVENISTE, 1968a/2006, p. 11), é possível afirmar que, nas instâncias de ensino de língua materna em contexto universitário, o que o aluno aprende, então, é “o mundo do homem acadêmico”.

## REFERÊNCIAS

BENVENISTE, E. **Últimas aulas no Collège de France (1968-1969)**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

\_\_\_\_\_. Tendências recentes em linguística geral (1954). In: \_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral I**. Campinas, SP: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. Da subjetividade na linguagem (1958). In: \_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral I**. Campinas, SP: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_. A forma e o sentido na linguagem (1966). In: \_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

\_\_\_\_\_. Estruturalismo e Linguística (1968a). In: \_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

\_\_\_\_\_. Estrutura da língua e estrutura da sociedade (1968b). In: \_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

\_\_\_\_\_. Semiologia da língua (1969). In: \_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

\_\_\_\_\_. O aparelho formal da enunciação (1970). In: \_\_\_\_\_. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, SP: Pontes, 2006.

DESSONS, G. **Émile Benveniste, l'invention du discours**. Paris: Éditions in Press, 2006.

FLORES, V. N. **Introdução à teoria enunciativa de Émile Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013.

KNACK, Carolina. **Texto e enunciação: as modalidades falada e escrita como instâncias de investigação**. 2012. 189f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. M. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SILVA, C. L. C. **A criança na linguagem**: enunciação e aquisição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

\_\_\_\_\_. O homem na cultura reinventando a língua: aquisição e letramento. In: TOLDO, Claudia; STURM, Luciane. **Letramento**: práticas de leitura e escrita. São Paulo: Pontes Editores, 2015.

TEIXEIRA, M. O estudo dos pronomes em Benveniste e o projeto de uma ciência geral do homem. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 8, n. 1, p.71-83, jan.-jun. 2012.